

A CONSTRUÇÃO DA ALEXANDRIA PTOLOMAICA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

*Joana Campos Clímaco*¹

RESUMO: O propósito deste artigo é mapear alguns debates acadêmicos que permeiam a bibliografia a respeito de Alexandria, principalmente com relação ao episódio de sua fundação por Alexandre, ao modo como os ptolomeus estabeleceram seu reinado na cidade e à forma como sua ordenação social e cultural é percebida. Ou seja, iremos pontuar algumas maneiras pelas quais a cidade foi definida e entendida na historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandria, Egito romano, Ptolomeus.

ABSTRACT: The aim of the present article is to place briefly some academic debates in the bibliography about Alexandria, concerning especially the episode about its foundation by Alexander, the way the Ptolemy's established their reign in the city and the means by which it's social and cultural order is perceived. We will locate in a summarized way some manners the city was defined and understood in historiography.

KEY-WORDS: Alexandria, roman Egypt, Ptolemies.

A chegada de Alexandre ao Egito representou o fim do domínio persa no território, fato que fez com que fosse recebido na região como libertador, pois a insatisfação dos egípcios em relação aos persas era endêmica (Green, 1996, p. 7). Arnaldo Momigliano afirma que os macedônios eram mais “compreensivos” que seus predecessores e, por terem sido auxiliados pelas diversas correntes de pensamento gregas, foram mais facilmente aceitos nos territórios em que se instalaram (Momigliano, 1991, p. 78). A entrada de Alexandre no Egito concretizou os já antigos contatos entre gregos e egípcios no Delta, os quais também facilitaram sua recepção. Antes de sua conquista havia gregos na região, inclusive colônias de militares e comerciantes de origem helênica, embora estes se considerassem estrangeiros. A grande mudança é que o Egito passa a ser visto como parte do mundo grego e uma terra de diversas oportunidades (Lewis, 2001, p. 9). Gamal Mokhtar (1993, p. 31) considera que as antigas relações entre os dois povos teriam estimulado Alexandre na decisão de fundar Alexandria. Isto se deu em 331 a.C. e muito pouco se sabe acerca de seu desenvolvimento inicial. O seu primeiro governante foi Cleomenes de Náucratis (entre 331 e 323), que,

¹ Doutoranda em História Social na FFLCH-USP sob a orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello e membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

juntamente com Deinocrates de Rodes (arquiteto), foram assistentes de Alexandre em seu projeto.

Sob Alexandre foi estabelecido o formato da cidade, a organização de seus muros e seu sistema de ruas, além de alguns de seus principais pontos. Acredita-se que ele teria escolhido o local pelas vantagens geográficas, que permitiriam que a região se tornasse próspera economicamente². As fontes que narram o episódio da fundação são bem posteriores à época, e acabam transferindo para aquele momento toda a grandeza que Alexandria conquistou posteriormente. Assim, é difícil entender o que Alexandre realmente pretendia com a cidade, pois os relatos estão carregados de certa predestinação, com base no que ela se tornou depois. Por sua localização estratégica, no entanto, é possível que Alexandre já tivesse algum plano para o local.

Ptolomeu I Soter, um dos mais influentes generais de Alexandre, herdou o governo do Egito na divisão do território helenístico após sua morte. Com a chegada da dinastia Lágida, foram iniciados suntuosos investimentos para transformar a cidade na autêntica representante da linhagem ptolomaica. Cada novo rei acrescentaria novas construções para superar seu predecessor e realçar a distinção da dinastia. Nesse período, principalmente sob os primeiros três ptolomeus, foram construídos os edifícios, templos e instituições mais importantes de Alexandria³. Pela já mencionada insatisfação dos egípcios com o governo dos persas, a chegada e instalação do rei foi pacífica, pois além de simpatizantes da nova liderança, os egípcios estavam habituados com o domínio estrangeiro. Além disso, comparado aos

² Inúmeras são as narrativas sobre a fundação de Alexandria. Diodoro da Sicília relata que Alexandre decidiu fundar uma grande cidade no Egito e deixou ordens aos homens deixados no território para situá-la entre o continente e o mar. Ele delimitou o terreno, traçou suas ruas e ordenou que ela fosse nomeada Alexandria em sua homenagem. A cidade foi convenientemente situada próxima ao porto de Faros; o fundador delimitou também seus muros externos e definiu que por terra a cidade deveria ter apenas duas saídas possíveis. Ordenou a construção de um grande palácio, que deveria ser notável por seu tamanho e encanto. Diodoro ainda relata que Alexandria estava crescendo tanto naquela época que muitos a reconheciam como a primeira cidade do mundo civilizado, e estava certamente à frente das outras em termos de elegância, extensão, luxo e riqueza. O número de seus habitantes ultrapassava o de todas as outras cidades e alcançava os trezentos mil habitantes. (Diodoro de Sicília 17. 52). Estrabão dá o seguinte depoimento sobre sua fundação: “Mas quando Alexandre visitou o lugar e viu as vantagens do terreno, ele decidiu fortificar a cidade no porto. Escritores recordam que, como sinal da boa fortuna que tem acompanhado a cidade desde então, um incidente que ocorreu no tempo que suas linhas estavam sendo traçadas na fundação: Quando os arquitetos estavam marcando as linhas dos seus limites com giz, o abastecimento de giz esgotou-se; e quando o rei chegou, seus auxiliares forneceram uma parte da refeição de cevada que tinha sido preparada para os trabalhadores, e através disso as ruas também, num número maior que antes, foram delineadas. Esta ocorrência então, eles disseram ter interpretado como um bom presságio.” (Estrabão, *Geografia* 17.1. 6). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

³ A respeito dos reis, Estrabão relata: “E a cidade contém os mais lindos recintos públicos a também os palácios reais; pois cada rei, por amor ao esplendor, queria adicionar algum adorno aos monumentos públicos, e ele investiria com seus próprios custos com uma residência, em adição aquelas já construídas, para que então, nas palavras do poeta (se referindo a Homero), ‘fique pedra sobre pedra’” (Estrabão. *Geografia* 17.1.8). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

governos anteriores, a nova dinastia foi recebida de maneira diferente no Egito, já que fez dele a sua sede e de Alexandria a capital do seu reino.

Nesse contexto, foram edificados também o Museu e a Biblioteca, instituições que adquiriram grande renome na Antiguidade. Através da compra de manuscritos originais e do empréstimo para a produção de cópias, concentrou-se na Biblioteca toda a produção grega, além da versão para o grego da literatura de outros povos. Tais atividades nunca haviam sido centralizadas em um único local e em tão grande escala, nem se havia concentrado tantos esforços para que fossem legados à posteridade.

Enfatiza-se muito na historiografia a importância da Biblioteca na disseminação e preservação da cultura grega e de seus “clássicos”. Jacob e F. de Polignac consideram que a ambição dos ptolomeus era aliar poder e cultura em um só local. Nesse sentido, mesmo que de modo diferente de Roma, a cidade também tinha pretensões de se tornar uma “metrópole universal” (Jacob & Polignac, 2000, pp. 17 e 18). No entanto, Mostafa El-Abaddi sugere que nesse ambiente internacional que caracterizou a formação intelectual da Biblioteca, temas antigos e novos eram trabalhados num novo estilo, o que resultou numa mistura de elementos definida posteriormente como “alexandrinismo”, e que teria influenciado escolas por todo o Mediterrâneo (El-Abaddi, 1982, p. 185).

Momigliano ressalta, contudo, que os habitantes locais de regiões não gregas, sendo bilínges, tiveram então a oportunidade de explicar suas culturas em grego para os gregos. Assim, podiam “ajustar” determinadas informações a respeito de suas crenças, em relação ao que queriam propagar e ocultar outras. Os gregos, por sua vez, não tinham condições de verificar tais informações, já que não conheciam as línguas nativas desses povos. De qualquer maneira, o período helenístico propiciou pela primeira vez uma “circulação internacional de ideias” através da *koine* (Momigliano, 1991, pp. 14-16), e o trabalho realizado na Biblioteca e no Museu teve um papel crucial na difusão de tais saberes.

Diana Delia ressalta que Demetrio Falareu, o ateniense fundador da Biblioteca (no começo do século III), pretendia transformar Alexandria numa “réplica” de Atenas, um plano apoiado e patrocinado pelo primeiro Ptolomeu (Delia, 1992, p. 1449). A cidade tentou reunir nessas instituições todo o conhecimento do mundo habitado. Com a cópia, revisão e editoração da sabedoria mundial promoveu-se um rápido acúmulo de manuscritos de todo o Mediterrâneo. Dessa forma, Alexandria tornou esse conhecimento acessível a “acadêmicos” de várias regiões e, através disso, transformou-se num centro atrativo em todo o Mediterrâneo. O trabalho cultural realizado na cidade no século III a.C. marcou um estágio fundamental na transmissão da cultura antiga para a posteridade.

Por meio do patrocínio real, “intelectuais” de diversos locais do mundo grego desenvolveram e ampliaram seus conhecimentos nas duas instituições. A variedade de proveniências de seus membros permitiu uma intensa troca de experiências “científicas” de diversas culturas, o que pode explicar muito da originalidade e dos progressos dos pesquisadores alexandrinos (El-Abadi, 1993, p. 104). Delia argumenta que mesmo que a composição inicial dessas instituições tenha sido essencialmente grega, depois de um século de sua fundação já havia se formado em Alexandria uma “tradição intelectual” de nativos da cidade envolvidos com o Museu (Delia, 1992, p. 1452).

Luciano Canfora propõe que a Biblioteca seria, portanto, um instrumento de dominação, pois através da tradução dos escritos de todos os povos se poderia ter acesso às suas tradições. Ou seja, os povos “bárbaros” explicariam em grego sua cultura para o poder dominante e helenizado (Canfora, 1989, p. 28). À medida que o prestígio da dinastia foi enfraquecendo e começou a enfrentar problemas por sua instabilidade, iniciou-se também a emigração de intelectuais de Alexandria (Fraser, 1972, p. 121).

A construção de Alexandria foi algo de grande impacto e atratividade para o Egito e para o Mediterrâneo como um todo e o afluxo de diferentes povos para a cidade desde a fundação foi intenso. Apesar de esse momento ter acelerado a imigração para o Egito, e de certa forma ter aberto o país a diferentes culturas, desde o período faraônico que a região do Delta era já substancialmente “internacional” se comparada ao Alto Egito, por ser um ponto importante de comercialização. A entrada e a saída de produtos era contínua e, conseqüentemente, a movimentação de estrangeiros e culturas diversas era uma constante no local, já significativa há milênios, mas que se tornaria mais estruturada e autorizada sob os ptolomeus. Ou seja, nesse momento haveria um esforço maior de convivência e entendimento entre as diversas culturas se comparado ao passado faraônico, em que esses contatos eram prioritariamente comerciais. Colônias de comerciantes gregos já existiam no lugar (Náucratis era a maior); o que muda no contexto de construção de Alexandria é que esse “cosmopolitismo” da região torna-se oficial e mais ordenado. Além disso, o poder do Egito é transferido de Mênfis para lá, ou seja, a fundação de Alexandria abre o território definitivamente para o mundo mediterrâneo (Grimm, 1996, p. 55). Sua composição populacional a caracteriza como um verdadeiro “mosaico cultural”, já que diferentes povos trouxeram para a cidade também culturas, religiões, línguas e valores diversos.

Peter Fraser dividiu a formação inicial da cidade em sete categorias: primeiramente, a população grega que consistia nos cidadãos, cidadãos parciais (cujo *status* exato é obscuro), gregos sem *status* civil definido, gregos com vínculos étnicos externos; e a população não

grega, que consistia da população egípcia nativa, imigrantes não gregos (judeus, habitantes da Síria e outros) e escravos. Os macedônios (cuja importância foi superestimada pela historiografia, segundo o autor) permaneceram mais restritos ao círculo militar da guarda real e poucos entraram na administração civil ptolomaica (Fraser, 1972, pp. 38 e 53).

Em relação à comunidade judaica, ela esteve presente desde o contexto de fundação de Alexandria, mas se expandiu consideravelmente nos séculos seguintes, tornando-se a maior da Diáspora. Após a revolta dos Macabeus (175-167 a.C.) na Judeia, a imigração de judeus para a cidade se intensificou substancialmente. John Barclay realça que a chegada de tantos novos imigrantes no Egito de alguma forma reforçou a identidade dos judeus já residentes (Barclay, 1996, p. 35). Momigliano ressalta a peculiaridade do grupo no Egito, em virtude do grau de helenização a que se submeteram, já que falavam o grego e tinham sua própria versão da Bíblia em grego. Alcançaram, contudo, um alto grau de independência de sua vida religiosa (em relação à Judeia). Além de serem completos devotos dos reis ptolomeus (principalmente os de Alexandria) (Momigliano, 1991, pp. 104 e 105). E a intolerância à fé judaica promovida pelos reis seleucidas não teve a mesma contrapartida entre os ptolomeus, o que permitiu que os judeus praticassem sua fé de acordo com suas tradições, mesmo que ressignificadas e adaptadas ao novo ambiente. Tal “boa relação” com a dinastia permitiu também que os judeus de Alexandria conquistassem notável autonomia (com suas sinagogas e *politeumata*) e grandes riquezas. Alguns se inseriram nos círculos gregos, conquistaram a cidadania alexandrina e destaque na vida pública da cidade, mas segundo as reflexões de Fraser, não há sinais de que a comunidade como um todo tivesse conquistado grandes privilégios (Fraser, 1972, p. 55).

Percebe-se então, que o caráter internacional e cosmopolita de Alexandria foi muito realçado pelos historiadores ao caracterizá-la, mas observa-se também um intenso debate a respeito do peso que cada cultura teria tido em sua formação, sobre o elemento cultural predominante e a respeito do que pode ser definido como identidade alexandrina. Uma primeira tendência destaca justamente a composição multicultural da cidade, algo crucial para sua ordenação e seu desenvolvimento. Nesse sentido, acredita-se que Alexandria era a representante “legítima” do cenário helenístico em que foi fundada por ter se estruturado como um ponto de união de culturas diversas⁴. Roger Bagnall reforça que o próprio termo “helenismo/helenístico”, seja relacionado à cultura, à religião ou à linguagem já pressupõe a mistura de elementos de várias origens étnicas (Bagnall, 1993, p. 230).

⁴ Ver: Harold I. Bell, 1941, p. 1 e Stuart Davis, 1951, p. 103. Peter Green, *op. cit.*, p. 4.

Mas há uma segunda linha de comentadores que igualmente define a cidade como a herdeira de Alexandre, sem com isso enfatizar o ideal de conciliação, diálogo e mistura entre as culturas. Como a herdeira de seu fundador, Alexandria foi projetada justamente para reforçar a preponderância da cultura greco-macedônia sobre outros povos. Naphtali Lewis defende essa ideia e reforça sua descrença em relação aos Ptolomeus terem, em algum momento, estimulado a fusão entre as culturas grega e egípcia. Esse ideal de separação já se tornaria evidente pelo projeto político dos reis, que era instituído de cima para baixo, incentivando a coexistência separada entre as duas entidades e estabelecendo claramente os limites entre ambas (Lewis, 2001, p. 4). Andrew Erskine acredita que a política dos reis macedônios de construir cidades seguindo um “modelo” grego era uma espécie de compromisso com o passado, com os ideais de Alexandre (Erskine, 1995, pp. 42 e 48).

Alguns autores vão ainda mais longe e, apesar de considerarem a diversidade populacional de Alexandria, acreditam que suas feições gregas a caracterizariam como uma espécie de *polis* dentro do Egito. Diana Delia ressalta a semelhança das instituições alexandrinas e atenienses e acredita que não se trata apenas de uma comparação superficial, pois tais órgãos tinham realmente sido fundados tendo Atenas como modelo (Delia, 1991, p. 5). Fraser argumenta que a cidade fundada por Alexandre não poderia ter sido desprovida dessas instituições democráticas. O autor salienta que alguns elementos do “código civil alexandrino” realmente derivavam do ateniense, mas destaca que “o elemento ático era apenas um dentre diversos no código, e também que não era predominante” e já englobava a diversidade cultural do mundo grego (Fraser, 1972, pp. 93 e 94). Tais autores entendem a cidade como uma espécie de “nova Atenas”, como uma legítima *pólis* grega instalada no Egito, mas que nada tinha de egípcia, por ter sido fundada por um estrangeiro. Ou seja, mesmo se tratando da sede de uma monarquia helenística, suas feições gregas eram preponderantes.

Outra corrente historiográfica reforça o papel da cidade como sede de uma dinastia real e, nesse sentido, qualquer tentativa de definir Alexandria como *pólis* ou acentuar sua estruturação grega e autônoma encontra grandes barreiras. Nesse sentido, o fato de o poder helenístico ter se estabelecido através de monarquias teria esvaziado significativamente o grau de autonomia das cidades em relação às antigas cidades-estado gregas.

Grafton Milne argumenta que os ptolomeus não pretendiam se legitimar apenas como um reino estrangeiro no Egito, mas como um reino que seria mais do que a incorporação do faraó egípcio e do rei macedônio, que teria algo independente de ambos, apesar das influências (Milne, 1928, p. 192). Bowman acredita que a autonomia da cidade baseada na lei

Ática (que fez com que ela se assemelhasse às antigas *pólis* gregas) foi substancialmente “esvaziada” de seu caráter democrático pela presença dos reis helenísticos no local (Bowman, 1986, pp. 211 e 212). Stuart Davis enfatiza que os ptolomeus tiveram que criar no Egito um sistema dual, que valorizasse simultaneamente a tradição oriental do reino (real) e do helenismo (autonomia). A começar pela transferência da capital de Mênfis para a cidade, o que em certa medida já representou o ideal de “emancipação” do Egito e de suas tradições antigas. Teria sido criada para rivalizar com a antiga capital e esvaziar um pouco sua importância política e seu papel como centro “nacionalista” para os egípcios (Davis, 1951, p. 99).

Com relação à política dos ptolomeus destinada à população egípcia nativa, também inúmeras são as discordâncias historiográficas. Os reis tiveram que aceitar e estimular algumas das antigas tradições nativas e destinar aos egípcios uma política conciliatória para que seu poder fosse aceito e legitimado. Assim, alguns elementos da cultura faraônica milenar foram respeitados e, inclusive, muitos de seus componentes “adotados” pelos reis para que fossem recebidos na região. A discussão é: se tais elementos foram realmente valorizados e adotados pelos ptolomeus, ou apenas “incorporados” por eles nos momentos convenientes.

Harold Bell argumenta que os últimos ptolomeus, pela decadência da dinastia e crescente dependência dos romanos, sentiram a necessidade de aliar-se aos sacerdotes egípcios. Com isso, tiveram que “egipcianizar a monarquia” e reforçar alguns elementos dessa cultura (Bell, 1971, p. 110)⁵. E mais: se comparados aos predecessores persas, a dinastia foi mais ativa em preservar a cultura faraônica. Nota-se isso pela intensa construção de templos no período, além de importantes concessões feitas a seus sacerdotes, aos quais destinariam uma política conciliatória: ao mesmo tempo em que estimulavam sua autoridade no culto, seguiam vigilantes em relação a seus direitos econômicos (controle das terras em seu poder)⁶. Momigliano não entende essa concessão aos templos como sinal de valorização da cultura egípcia, pois a civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e na consciência de si mesma, o que demonstra a suposição da superioridade de seus hábitos. Em virtude disso, o autor argumenta que a cultura egípcia nativa declinou durante o período, pois, sob controle direto dos gregos, começou a representar um estrato inferior da população (Momigliano, 1991, pp. 11 e 13). Mesmo considerando a cultura egípcia, adotando e reforçando muitas de suas tradições, é visível o esforço dos ptolomeus de tentar manter uma

⁵ John Marlowe desenvolve com ainda mais ênfase o que ele chama de tal “egipcianização” da Dinastia (1971, p. 110).

⁶ Sobre a política dos ptolomeus destinada aos egípcios, ver as reflexões de Henri Riad (Riad, 1996, pp. 29-39). Ver também: John Baines, 2004.

distância em relação aos nativos. A começar pelo fato de a língua oficial da dinastia ser o grego (apenas Cleópatra, a última representante da linhagem, aprendeu o demótico).

Alguns autores destacam ainda a existência independente de Alexandria em relação ao resto do Egito. Sua posição mediterrânea e o fato de estar mais em contato com o mundo grego do que com o resto do Egito era algo proposital e uma evidência de que a cidade não era entendida como parte integrante do Egito (Bell, 1946, p. 132). Harold Bell acredita que, mesmo que geograficamente, Alexandria fizesse parte do território egípcio, na maior parte das fontes da época observa-se grande distinção entre Alexandria e Egito, sugerindo que oficialmente a cidade era considerada independente. Naphtali Lewis argumenta que até a localização da cidade no litoral foi algo proposital, para que ela fosse considerada parte do mundo grego e não do Egito (Lewis, 2001, p. 9). No entanto, apesar de sua vivência (política, social e cultural), em certa medida independente, sua localização estimulou a realeza a incorporar elementos da antiga dinastia milenar para ser aceita no setor egípcio da população, o mais numeroso no contexto de fundação da cidade (Scheidel, 2004, p. 22).

Atualmente, há uma tendência, principalmente entre os egípcios, de entender a identidade alexandrina como algo independente e novo e não apenas o produto das tradições culturais que formaram a cidade num primeiro momento. Essa bibliografia tem discutido sobre novas temáticas e oferecido novas perspectivas de análise, contudo, nota-se um esforço excessivo por entender a Alexandria atual e reforçar sua identidade como algo “original”, como uma forma de fazer justiça a seu passado, de resgatar sua importância e consolar seus sofrimentos da história⁷. Não é nossa intenção desmerecer tal linha de pensamento, pois ela tem iluminado aspectos até então silenciados pelas fontes, mas na preocupação de firmar a originalidade das instituições, cultura e organização social de Alexandria, acaba desmerecendo os aspectos herdados de seus fundadores e das comunidades que a formaram.

Trata-se de uma discussão complexa, já que as fontes demonstram essa variedade de elementos culturais, gregos, egípcios, sincréticos, como também originais, ou seja, com muita frequência essas discordâncias historiográficas resultam apenas na ênfase maior ou menor em vestígios de uma ou outra “herança” cultural.

Devemos pensar Alexandria considerando seus diferentes elementos culturais, seu caráter cosmopolita e sua herança grega, levando em consideração que uma cidade formada nesse contexto de encontro de povos diversos, mesmo tendo como denominador comum

⁷ Ver Jean-Yves Empereur, 1998; Jean-Yves Empereur, 2002; Mark Greenberg; Kenneth Hamma; Benedicte Gilman e Nancy Moore (eds.), 1996; Gareth L. Steen (ed.), 1993 e William V. Harris e Giovanni Ruffini (eds.), 2004.

alguns aspectos do passado grego, já é por si só algo que envolve grande mistura e originalidade. Ou seja, superestimar sua herança grega seria subestimar toda sua formação populacional cosmopolita, além de se tratar da sede de um reino, o que acabaria esvaziando sua autonomia como cidade-estado. Ao mesmo tempo, negar tal influência ao extremo, procurando na cidade apenas tradições próprias e inovadoras é igualmente arriscado.

Bibliografia

- BAGNALL, Roger. *Egypt in Late Antiquity*. Jersey, Princeton University Press, 1993.
- BAINES, John. “Egyptian Elite Self-Presentation in the Context of Ptolemaic Rule”. In: HARRIS, William V. & RUFFINI, Giovanni (eds.). *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/ Boston, Brill, 2004, pp. 33-61.
- BARCLAY, John M. *Jews in the Mediterranean Diaspora – From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1996.
- BELL, Harold I. “Anti-semitism in Alexandria”. *Journal of Roman Studies* 31, 1941, pp. 1-19.
- _____. “Alexandria ad Aegyptum”. *The Journal of Roman Studies* 36, 1946. Pp. 130 - 132.
- _____. *Egypt from Alexander the Great to the Arab Conquest*. Oxford, Clarendon Press, 1948.
- BOWMAN, Alan K. *Egypt after the Pharaohs 332 B.C. -A.D.642*. California, University of California Press, 1986.
- CANFORA, Luciano. *A Biblioteca Desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- DAVIS, Stuart. *Race-relations in Ancient Egypt: Greek, Egyptian, Hebrew, Roman*. London, Methuen & Co. Ltd., 1951.
- DELIA, Diana. *Alexandria Citizenship during the Roman Principate*. Atlanta, Scholars Press, 1991.
- _____. “From Romance to Rhetoric: The Alexandrian Library in Classical and Islamic Traditions”. *The American Historical Review* 97, 1992, pp. 1449-1467.
- EL-ABBADI, Mostafa. “Alexandria: Thousand-Year Capital of Egypt”. In: STEEN, Gareth L. (ed.) *Alexandria: The Site and the History*. New York/ London, New York University Press, 1993, pp. 35-81.
- EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria Rediscovered*. London, Harcover, 1998.
- _____. *Alexandria: Past, Present and Future*. London, Thames & Hudson Ltd., 2002.

- ERSKINE, Andrew. "Culture and Power in Ptolemaic Egypt: The Museum and Library of Alexandria". *Greece and Rome* 42, 1995, pp. 38-48.
- FRASER, Peter M. *Ptolemaic Alexandria I-III*. Oxford, Clarendon Press, 1972.
- GREEN, Peter. "Alexander's Alexandria" In: GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte & MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California, The J. Paul Getty Museum, 1996, pp. 3- 25.
- GRIMM, Gunter. "City Planning?". In: GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte & MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California, The J. Paul Getty Museum, 1996, pp. 55-74.
- JACOB, Christian & POLIGNAC, François de. "The Alexandrian Mirage". In: JACOB, Christian & POLIGNAC, François de (eds.). *Alexandria, Third Century BC – The Knowledge of the World in a Single City*. Alexandria, Harpocrates Publishing, 2000, pp. 14-19.
- LEWIS, Naphtali. *Greeks in Ptolemaic Egypt: Case Studies in the Social History of the Hellenistic World*. Oakville, Connecticut American Society of Papyrologists, 2001.
- MARLOWE, John. *The Golden Age of Alexandria*. London, Victor Gollancz, 1971.
- MILNE, Grafton. "Egyptian Nationalism under Greek and Roman Rule". *Journal of Egyptian Archaeology* 14, 1928, pp. 702-742.
- MOKHTAR, Gamal. "Pre-Alexandria: Keys to the Rise of an Immortal City". In: Gareth L. Steen (ed.). *Alexandria: The Site and the History*. New York/London, New York University Press, 1993, pp. 21-31.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os Limites da Helenização. A Interação Cultural das Civilizações Grega, Romana, Céltica, Judaica e Persa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.
- PARSONS, Peter. "Facts from Fragments". *Greece & Rome* 29.2, 1982, pp. 184-195.
- RIAD, Henri. "Egyptian Influence on Daily Life in Ancient Alexandria". In: GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte & MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California, The J. Paul Getty Museum, 1996, pp. 29-39.

SCHEIDEL, Walter. "Creating a Metropolis: A Comparative Demographic Perspective". In: HARRIS, William V. & RUFFINI, Giovanni (eds.). *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/Boston, Brill, 2004, pp. 1-31.

STEEN, Gareth L. (ed.). *Alexandria: The Site and the History*. New York/London, New York University Press, 1993.

